Economia

SANO

A SANO Saneamento e Participações S.A. (SANO) foi criada para atuar na te, através de sua investida, controlada conjuntamente, a SGA-Sistemas de resolução de problemas no setor de saneamento, em especial associados a destão Ambiental S.A. (SGA), na qual detém 50% do capital social, controla sistemas de abastecimento de água (SAA) e em sistemas de esgotamento sanitário (SES), num quadro de sustentabilidade econômica, financeira, dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e produção de sanitário (SES), num quadro de sustentabilidade econômica, financeira, técnica, social e ambiental. A Companhia é uma holding de investimentos e participações focada no setor de saneamento, desempenhando atividades de gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo processo do ciclo integral da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta, afastamento e tratamento de esgoto, além de desenvolver novos projetos e prestar consultorias diversas na área. Atualmen-

Palanas natrima	nial 21 da dana	da 202	4 a 2022 /F
Baianço patrimo	nial - 31 de dezer	noro de 202	4 e 2023 (En
Ativo	Nota 3	1/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	136	98
Tributos a recuperar	_	13	7
·		149	105
Não circulante			
Créditos a receber		100	100
Dividendos a receber	4	5.016	3.990
Ativo fiscal diferido	11.a	846	1.946
Investimentos	5	17.873	14.578
		23.835	20.614
Total do ativo		23.984	20.719
	As notas exp	licativas são	parte integr
Notas explicativas às demonstrações	financeiras - 31 d	e dezembro	de 2024 e 202

1. Contexto operacional: A SANO Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de investimentos e participações focada no Setor de Saneamento, situada na Rua Renato de Paes, 750 - conjunto 102 e 103 -Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP, com início de suas operações em março de 2011. A Companhia participa do setor de saneamento através de suas inves tidas. 1.1. Reforma tributária sobre consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PID 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, posteriormente sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar ("CC") 214/2/205. Embora a regulamentacia con Comité Gestro do ISS esteia sendo 214/2025. Embora a regulamentação do Comitê Gestor do IBS esteja sendo tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorque ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada à LC 214/2025, aprovada como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração dos referidos tributos. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contâbeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras contâbeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras toram elabor adas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contâbeis adoradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contâbeis adoradas. radas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis ado tadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pro-nunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC" aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente. Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Tecinica OCPC O7, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demons-trações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Base de elabo-ração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensu-rados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico necalmente é baseado no valor justo das contraoresseguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapres-tações pagas em troca de ativos na data da transação.As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações fi-nanceiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício nanceiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercicio de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nivel de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 27 de março de 2025. Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras ão mensurados usando a moeda do núrcinal ambiente econômico no qual a são mensurados usando a moeda do núrcinal ambiente econômico no qual a são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia. e. tamaprisentadas elin A, (tear), que e a inocia unicional da coimpiania, e, tani-bém, a moeda de apresentação. Pronunciamentos novos ou revisados aplica-dos pela primeira vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para periodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Com-panhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interprepanhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpre-tação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigen-tes. a) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos finan-ceiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financia-mento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os re-quisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demons-trações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passiyos. fluxos de caixa e exonsição ao risco de li-de fornecedores sobre os passiyos fluxos de caixa e exonsição ao risco de lide fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de li quidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstraquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Normas emitidas, mas que ainda não estão
em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não
ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. a) IFRS 18.
Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024,
o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração to resultado do exercício,
incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do
resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimenresultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimen to, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informa-ções financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas expli-cativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao Ur-C u (x2) - Demonstração dos Fluxos de Canxa), que inclueir a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 com a aplicação aprecipada expruísida de devando se divulgada, ambora 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identifiretrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financiars primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. b) IFRS 19. Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IRSB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegiveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegivel, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido on IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidados. ladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras conso-lidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permi tida. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras, c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Ém Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Mé todo da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronuntodo da Equivalencia Partimonial: Em setembro de 2024, o Comite de Pronun-ciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo ARSB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investi-mentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração, nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práti-cas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desaturalizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para periodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. d) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábile o CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de

Aos Acionistas e Diretores da SANO Saneamento e Participações S.A demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos quias responsantaves eticas de auditorio a tras e assa indinas. Acettramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável amos as demonstrações financeiras da SANO Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conxão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas cana para de aceitor minor lessa quara, temi como das conseptorementes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desemcom as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. penho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para** opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com Se, com base no trabalho realizado, concluírmos que há distorção relevan-te no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e** tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades" da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos indepen-

Gestão Ambiental S.A. (SGA), na qual detém 50% do capital social, controla a Concessionária Águas de Mandagualny, que é responsável pela exploração dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e produção de água para abastecimento no município de Jaú (SP) e controla conjuntamente a Concessionária Águas de Votorantim, responsável pela gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Votorantim (SP). A SAMO estrutura, prospecta, investe e administra negó-cios de saneamento básico que necessitam de capital para crescimento, com perspectivas de forte geração de caixa e lucros. Através de uma abordagem rigorosa, proativa e disciolinada, a Companhia busca oportunidades no setor Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

711-	rigurusa, proativa e urscipililaua, a cumpar	iiiia bus	ca oportuniu	iucs iiu setui
(En	n milhares de reais, exceto quando indicado	de outra	forma)	
23	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
98 <u>7</u> 05	Circulante Fornecedores Obrigações tributárias Tributos sobre o lucro a pagar	6	18 8 	3 8 1 12
00 90	Não circulante Dividendos a pagar	4	2.363 2.363	2.713 2.713
46 78 14 19	Patrimônio líquido Capital social Prejuízo acumulado	7 7.2	21.804 (209) 21.595	21.804 (3.810) 17.994
	Total do passivo e patrimônio líquido rante das demonstrações financeiras.		23.984	20.719
202	23 (Valores expressos em milhares de reais, exce	to quand	lo mencionado	ao contrário)

2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensura cão com base no propósito da transação. Caso a moeda não seia conversível ção com base no proposito da transação. Laso a moeda não siga conversive, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a impor-rância das divulgações sobre meedas não conversíveis, para que os susários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As altera-râns vioram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ções vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Princi**pais políticas contábeis: a) <u>Instrumentos financeiros</u>: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prásignificativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente pratico, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor
justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão
de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo
dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os
custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos
financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente
ativos finançeiros são classificados como: Jativos financeiros ao custo amorativos financeiros são classificados como: Jativos financeiros ao custo amorativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instru mentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por mejo do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus tado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos tluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiros, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro s mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros. mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclufinanceiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPP"). Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ua ovalor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) <u>Custo amortizado</u> e <u>metodo da faxa de juros efetivas</u>: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da divida ou, quando apropriado, durante un período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da divida na data do reconhecimento inicial. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro dou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro dou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro dou quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Sumpahia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Sumpia nhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e beneficios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada da scontas a receiper e am montante considerado sufficiente para orbit; provádas contras a receiper e am montante considerado sufficiente para orbit; provádas contras de para contra constituída com base ma análise da perda esperada en montante considerado sufficiente para orbit; provádas contras a receiper e am montante considerado sufficiente para orbit; provádas contras a contras constituídas contras a contras cont das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos finan-ceiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros subsequente-mente mensurados ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contramantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do re-sultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amorti-zado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizan do o método de taxa de juros efetiva. Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capita-lizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resulta Itzados como parte do custo do ativo quando for provavel que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reco-nhecidos como despesa no período em que são incorridos. O método da taxa de juros efetiva é um metodo para calcular o custo amortizado de um passivo fi-nanceiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. *Compensação de instrumentos financeiros*. Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanco patrimonial se houver um direito legal atualmente é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. b) <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancarios e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) <u>Investimentos</u>: Nas demonstrações financeiras os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Compaña nos resultados das empresas coligadas é reconhecida no resultado do nhia nos resultados das empresas coligadas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. d) <u>Intangível</u>: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela vida útil econômica estimada. Saldo composto pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e Saldo composto pelo agio por expectativa de rentabilidade tutura (goodwil) e de software. Sendo o ágio avaliado anualmente através do teste de impairment. e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados eu UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa

SANO Saneamento e Participações S.A.

Relatório da administração

de Saneamento, com investimentos orientados a projetos nos quais a empresa detém amplo conhecimento, garantindo a valorização do capital dos sócios, além de proteger, promover e valorizar o ambiente natural e humano.

O impacto positivo da atividade da SANO sobre a qualidade do ambiente, a saúde pública, os niveis de atendimento e a sustentabilidade global do setor é e resultado de uma cultura empresarial pautada pelo rigor, transparência, profissionalismo e conhecimento técnico da equipe. A SANO segue integrando o Grupo BMPI Infra, investidora brasileira com grande know how nos setores de Real Estate. Desempenho: A Aguas de Mandaguahy, controlada da SGA, o resultado no exercício de 2024 fepresentos a contratual, das operação e manutenção dos sistemas e, em especial, na capacitação e bem-estar das parte de complexa e demorada discussão judicial e não constituiu provi-

	(Em milhares de reais, exceto) quando indic	ado de outra forma	a)				
	Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Prejuízo acumulado	Resultado do exercício	Total		
aldos em 31 de dezembro de 2022	21.804	606	4.026		-	26.436		
esultado do exercício Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	(8.442)	(8.442)		
ompensação de prejuízo do exercício	-	(606)	(4.026)	-	4.632	-		
rejuízo acumulado	-	-	-	(3.810)	3.810			
aldos em 31 de dezembro de 2023	21.804			(3.810)		17.994		
esultado do exercício Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	3.601	3.601		
osorção de prejuízo acumulado				3.601	(3.601)			
aldos em 31 de dezembro de 2024	<u>21.804</u>		<u>-</u>	(209)		21.595		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
	ão dos fluxos de caixa - Exercí ires expressos em milhares de rea				1			
	31/12/2024 31/12/2023	3			31/12/2024	31/12/2023		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	31/12/2024 31/	12/2023		31/12/2024	31/12/2023			
esultado antes dos impostos	4.789	(5.530)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	388	375			
Equivalência patrimonial	(4.321)	6.005	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
	468	475	Dividendos pagos	(350)	(550)			
umento/(Redução) dos ativos operacionais			Caixa aplicado pelas atividades de financiamento	(350)	(550)			
Tributos a recuperar	(6)	(7)	Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	38	(175)			
umento/(Redução) dos passivos operacionais			Caixa e equivalentes de caixa					
Fornecedores	15	-	No início do exercício	98	273			
Obrigações tributárias		2	No final do exercício	136	98			
ibutos pagos sobre o lucro	(89)	(95)	Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	38	(175)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
elo seu uso contínuo, entradas essas que são, em g	grande parte, inde	penden-	mativas são revistas, se a revisão afetar apenas	este período	ou períodos			

Caixa e hancos Aplicações financeiras Total

tes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no impostos que relitía as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável São reconheci-das no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ápio não é revertida. Quanto nas demais ativos, as perdas nor relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recu-peração. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas aliquatos regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exerci-cios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma perma-ente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alí-quotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contri-buição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: (l) Imposto de renda pessoa jurídica: a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 mil; (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa deis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recude imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Adminis-tração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na decla-ração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar às entiadades fiscais. *Tributos sobre o lucro - diferidas*. O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças tempo-rárias no final de cada periodo de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondenreconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais corresponden-tes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reco nhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos d feridos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedu tíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tribu tíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tribudel futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutiveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas aliquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas aliquotas previstas na legislação triburária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação triburária vigente no final de cada exercício, ou quando simpostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, sultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor liquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. *Tributos sobre serviços*: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos liquidos dos impostos sobre serviços exceto: • Quando os impostos sobre verviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • O valor liquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. g) <u>Provisões</u>: *Provisões para riscos tributá*rios, cíveis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, cíveis e traba-lhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. h) Reconhecimento da receita: O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedeo valor possa ser estimado com segurança. In <u>Reconhecimento da recetia</u>. O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: (i) Identificação do contrato com o cliente, (ii) A identificação das obrigações de desempenho: (iii) A determinação do preco da transação: (iv) A alocação do preço da transação; (v) O reco diante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registra-das pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefí cios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensu cios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. I) <u>Classificação circulante versus não circulante</u>. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional: • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos so demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classo se demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classos comais ativos são classificados como não circulantes. os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade: • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanco: e . A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do difeir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos on aão circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. j) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transierir o passivo cocrerá: j) no mercado principal para o ativo ou passivo. e e firi o passivo cocrerá: j) mo mercado principal para o ativo ou passivo. e e ii na ausência de um mercado

feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as esti-Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financei

mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado

principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os partici-

pantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, pre sumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interessi

sumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões

subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras se causada por inacere de entre activação da capacidade de a Companhia con-tinuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Comnanhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Rossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu-rança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de dentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes que nos controles vantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

ros. A seguir são a presentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) <u>Vida viti dos bens do intangível</u>: Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas vites finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Impostos diferidos: Impostos diferidos são gerados: (i) por prejuízo fiscal na b) Impostos directious: Impostos directious sad gerandisci. (1) poi priguzzi oscaria data do balanço, ou (ii) adições e exclusões temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disportiveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e Sociedados de contratos Resultado antes do imposto de renda e balanco e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. 3. Caixa e equivalentes de caixa:

31/12/2024 31/12/2023

As aplicações financeiras veis em um montante con risco de mudança de valo madamente 97,5% do CDI bancos de primeira linha.	necido de caixa r. São remunera em 2024 (99%	zo, de liquide e estão sujeit adas por taxa em 2023), te	as a um i as variáve endo como	ta e conversí- insignificante eis de aproxi- o contraparte,	compensado (não const Outros Imposto de renda e contr resultado do exercício Alguota IR/CS efetiva % Imposto de renda e contri
sações ocorridas nos exerc partes relacionadas são co Ativo circulante	cícios de 2024 e	2023 entre a	Compan		Imposto de renda e contri Imposto de renda e contri (a) A seguir, a movimenta feridos no exercício:
Dividendos a receber SGA - Sistema de Gestão Total	Ambiental S.A.		5.016 5.016		2024 Imposto de renda diferido
Passivo não circulante Dividendos a pagar BMPI Infra S.A. Total		_	2.364 2.364	2.713	sobre prejuízo fiscal
Resultado Receita de serviços presi Águas de Votorantim S.A. Total		=	747 747	665	2023 Imposto de renda diferido s prejuízo fiscal
5. Investimentos: a) A com Coligada	Partici- Pat pação môr	ri- Resul- io tado do	Investi-	2024 Equiva-	A Companhia projeta que o quentes e por isso mantém e saldo negativo de contri dos créditos tributários de Anos
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. (i) SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A Ágio	50% 21.3		10.696 	4.321	2025 2026 2027 2028
	Partici- Pat		17.873	4.321 2023 Equiva- Iência	2029 Total 12. Gestão de riscos e insceiros: a.1) Fatores de risco
Coligada SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. (i) SGA - Sistema de Gestão		do exercício	mentos	patrimonial (6.005)	aos riscos financeiros: (i) liquidez. A gestão de risco de dos mercados financeiro desempenho financeiro
Ambiental S.A Ágio			7.177		Companhia, sendo as polít

(i) A investida é controlada em conjunto, conforme aplicação das definições do CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em em b) A movimentação do investimento é a seguinte:

	/12/2024
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. 7.401 (1.026) 4.321	10.696
SGA - Sistema de Gestão Amb. S.A. Ágio <u>7.177</u>	7.177
14.578(1.026)4.321	17.873
Equiva- Iência	
Dividendos patrimonal	/4 O /O O O O
	<u>/12/2023</u>
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. 13.406 - (6.005) SGA - Sistema de Gestão	7.401
Amb. S.A. Ágio 7.177	7.177

Em 2024 constituiu provisão parcial para perda referente ao litígio (em 2023 não foi constituída provisão). A SGA, por entender que o não provisionamento representaria um desvio em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, entendeu por adequado refletir os efeitos em suas demonstrações. Em 2024, o efeito líquido do ajuste da provisão parcial, na SGA foi de R\$14.037, e consequentemente de R\$7.018 na SANO. Em 2023, o efeito líquido deste ajuste na SGA foi de R\$16.071, e consequentemente R\$8.035 na SANO. Dessa forma son lo de 1910. 1; e consequentemente Rosso I la Sanvo. Dessa torina, desconsiderando este ajuste, o valor da equivalência patrimonial, em 2024 seria de R\$3.304 (em 2023 de R\$2.030). Teste anual de valor recuperável do ágio: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio registrado, de acordo com as políticas contábeis apresentadas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com hase em cálculos do valor em uso, efetuados com hase em estimativas de rentabilidade futura, na projeção de cenários e em fluxo de caixa descontado. A Companhia realizou a análise de recuperabilidade do ágio em 31 de dezembro de 2024 a partir das informações financeiras prospectivas da investida, que suportaram o registro e recuperação do ágio ao final do exercício

6. Obrigações tributárias

A Águas de Mandaguahy, controlada da SGA, é parte de discussão judicial

PIS	1 1
COFINS	4 3
SS s/faturamento	3 1
33 3/Taturamento	0 9
 Patrimônio líquido: 7.1. Capital social: O capita 	il social totalmente inte-
ralizado é de R\$21.804 em 31 de dezembro de 202	4 e de 2023, dividido em
15.863.045 ações ordinárias nominativas e sem val	
le lucros: A distribuição de lucros obedecerá às des	
social, o qual contém as destinações: • 5% para	reserva legal, limitado a
20% do capital social; • 25% a título de dividendos	mínimos obrigatórios. Em
2024, a Companhia realizou a absorção parcial dos p	
resultado do exercício. Em 2023 a Companhia regis	
e compensou totalmente as reservas de lucros. 8. Rec	eita operacional líquida:
Descrição	31/12/2024 31/12/2023
Servicos prestados	747 665
-) Deducões	(107) (95)
-/ Dougoos	(33)

31/12/2024 31/12/2023

<u>640</u> 9. Natureza dos custos e despesas administrativas 31/12/2024 (164) 31/12/2023 (116) cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações. Serviços prestados por terceiros e locações Total de custos e despesas (186) Classificadas como:
Despesas administrativas e gerais

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de

2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto	quando	indicado de o	outra forma)
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	8	640	570
Lucro bruto operacional		640	570
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	9	(186)	(140)
Despesas tributárias	_	(1)	(2)
Equivalência patrimonial	5	4.321	(6.005)
		4.134	(6.147)
Lucro/(Prejuízo) antes do resultado			(5.533)
financeiro e dos impostos Resultado financeiro		4.774	(5.577)
Receitas financeiras	10	15	47
Receitas illialiceiras	10	15	47 47
Lucro/(Prejuízo) antes dos impostos		4.789	(5.530)
Imposto de renda e contribuição social		4.703	(3.330)
corrente	11	(88)	(89)
Imposto de renda e contribuição social		(00)	(00)
diferido	11	(1.100)	(2.823)
		(1.188)	(2.912)
Lucro Iíquido/(Prejuízo) do exercício		3.601	(8.442)
As notas explicativas são parte integrante	e das der	nonstrações f	inanceiras.
Demonstração do resultado abrangente - Ex	ercícios	findos em 31	de dezembro
de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exce			
·	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício		3.601	(8.442)
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do exercício		3.601	(8.442)
As notas explicativas são parte integrante	e das der	nonstrações f	inanceiras.
10. Resultado financeiro, líquido		31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras			
Receita aplicação financeira		15	
Total das receitas financeiras		15	
Resultado financeiro líquido		15	47

11. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contri buição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de com petência. A seguir apresentamos os valores reconhecidos no exercício para apuração do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024 e 2023: 31/12/2024 31/12/2023

contribuição social			4	1.789	(0.530)
Alíquota IR/CS nominal '	%			34%	34%
Imposto de renda e cont	ribuição soci	al à alíquot	a		
nominal	3			.628)	1.880
Resultado de equivalêr	ncia natrimor	nial		.469	(2.042)
Imposto de renda difer					(2.0-12)
compensado (não cor		juizo iiscai	/1	.053)	(2.775)
	Stituiuo)		(1.		
Outros				<u> 24 _ </u>	25
Imposto de renda e con		cial no			
resultado do exercício	, -		(1.	.188)	(2.912)
Alíquota IR/CS efetiva %			24,	80%	52,7%
Imposto de renda e cor	tribuição so	cial corrente	•	(88)	(89)
Imposto de renda e con	tribuição soc	cial diferido	(1.	100)	(2.823)
(a) A seguir, a movimer	itação do im	posto de re	nda e contr	ibuição s	social di-
feridos no exercício:	,				
TOTAGO TIO ONOTOTOTO.			2 ahle2	arah ma	mbro de:
		Reconhe-	Baixa	JIII UGZG	Ativo
	Saldo	cido no	períodos	Valor	fiscal
2024	ohiunil	resultado	anteriores	ohiunìl	diferido

23		Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
posto de renda diferido sobre				
rejuízo fiscal	4.769	(2.823)	1.946	1.946
	4.769	(2.823)	1.946	1.946
Companhia projeta que continuará entes e por isso mantém contabiliz aldo negativo de contribuição soo s créditos tributários de imposto d	ado o ati cial exist	vo diferido sob ente. (b) Previ	re o preju são de re	ıízo fiscal ealização
os				Total
25				165
26				172
27				179

(47) (1.053) 846 (47) (1.053) 846

. <mark>Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Gestão de riscos finan-ros: a.1) *Fatores de risco financeiro:* As atividades da Companhia a expõem s riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de</mark> idez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilida dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos de dos mercados minacientos e duosa minimizar protenciars etentos adversios no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas. b) <u>Risco de mercado</u>. A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. Di <u>Risco</u> de tenerado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. Di <u>Risco</u> de tenerado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. Di <u>Risco</u> de tenerado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. Di <u>Risco</u> de tenerado en companhia decerado en companhia de compa taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicaçõe: financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivaatrelados a taxas pós-fixadas, ii) Análise de sensibilidade: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas le juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos inanceiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Ativos financeiros Aplicações financeiras ndexador A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financei A companina realizou airanse de seristionidade para os instrumions infaricer-ros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a ex-posição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2025, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido. Posta quaração aptra a taxa e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa nada para o ano de 2024 ("cenário provável") e a taxa efetiva ve no ano de 2023, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembr de 2023 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materiali-zasse no ano de 2024. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um au-mento na taxa estimada para 2024 em 25% no cenário I l. e 50% no cenário II. Taxa efetiva Taxa em cená-Variação

		Taxa Cictiva	Taxa cili ccila-	• ai iação	
Indicadores:	Ativo em	31/12/2024	rio de stress	entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI	93	12,15%	15,00%	2,85%	3
Cenário I					
CDI	93	12,15%	18,75%	6,60%	6
Cenário II					
CDI	93	12,15%	22,50%	10,35%	10
c) Classificação d	os instrun	nentos finance	eiros: A Companh	ia opera com	instru-
mentos financeiro	s, em des	taque para a	plicações financ	eiras. A Admi	nistra-
ção determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconheci-					
mento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.					
a classificação do	s instrum	entos financei	iros, por categoria	a, pode ser res	sumida

de acordo com a tabela a seguir:				
	Classificação 3	1/12/2024 31/	/12/2023	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	136	98	
Créditos a receber	Custo amortizado	100	100	
Dividendos a receber	Custo amortizado	5.016	3.990	
Passivos financeiros				
Fornecedores	Custo amortizado	17	3	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2.364	2.713	
d) Estimativa do valor justo: Press	supõe-se que os saldo	os das contas a	a receber	
de clientes e contas a pagar ao	s fornecedores pelo	valor contábil	estejam	
próximos de seus valores justos.	Atualmente a Comp	anhia não pos	ssui ins-	
trumentos financeiros contabiliza	ados ao valor justo.	e) Gestão de	capital:	
O objetivo da Companhia ao adn	ninistrar seu capital	é o de salvag	uardar a	
capacidade de continuidade da (Companhia para ofer	ecer retorno ao	os sócios	
e benefícios às outras partes inte	ressadas, além de m	anter uma estr	rutura de	
capital ideal para reduzir esse ci	usto. f) Risco de créo	lito: Refere-se	ao risco	
de uma contraparte não cumprir	com suas obrigaçõe	s contratuais,	levando	
a Companhia a incorrer em perda	s financeiras. A Com	panhia adota a	a política	
de apenas negociar com contrapa	artes que possuam c	apacidade de	crédito e	
obter garantias suficientes, quan	do apropriado, como	meio de mitiga	ar o risco	
de perda financeira por motivo de	inadimplência. 13. F	Provisão para	riscos: A	

Niguel Luiz Morad Noronha	Gustavo Luis Barreiro
Diretor-Presidente	Diretor de Investimentos
Farley Vasconcelos Botelho - Contador CRC MG 84-315/0-8	

Companhia, não é parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao lon-go da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distor-ção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de dis-torção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burdar os controles internos, confuio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feiauditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As tas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas rele- da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditori para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou inclui modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financei-ras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o bjetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as ventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 27 de março de 2025



NOTIFICAÇÃO DE MORA E/OU RESCISÃO CONTRATUAL - NOTIFICADOS: Sr. RENATO LIMA DE ALMEIDA DOS SANTOS CPF: 334.075.438-16 ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO: JULIÁO FERNANDES SAN ROMAN, 3 - VILA INDUSTRIAL - BAURU /SP - CEP: 171450 DADOS DO CONTRATO: Quadra B - Lote 03 - LOTEAMENTO DENOMINADO COMVIVA BAURU Nos termos do §1° do Art. 26 da **Lei 9.514/97** e advento da Lei 14.711/2023, em face da mora do devedor(es) abaix identificado(s), a credora a seguir descrita NOTIFICA o(s) devedor(es) para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas úteis), satisfaça(m) as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do efetivo pagamento nos termos das condições indicadas abaixo, dando ciência ao(s) devedor(es) que o não e cumprimento do referida polyação acrante a rescisão/capadamento do contrate. MOTI que o não cumprimento da referida obrigação garante a rescisão/cancelamento do contrato. **NOTI** FICANTE/CREDORA: SALVADOR FILARDI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPA **ÇÕES LTDA**., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Bauru, SP, na Rua Batista de Carvalho, nº 4-33, 10º andar, Salas 1006 a 1008, Centro, CEP 17010-901, inscrita no CNPJ/MF sob Carvaino, n° 4-3-3, 10° andar, Salas 1006 a 1006, Centro, CEP 17010-901, inscrita no CNPJMP sob o n° 45.011.236/0001-61, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o n° NIRE 35206638972, neste ato representado por sua bastante procuradora Dra. Marcela Roque Rizzo de Camargo, inscrita no AB/SP 253.360, endereço e telefone no rodapé. VALOR DA DÍVIDA: valor principal de R\$31.563,52 (trinta e um mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos) referente aos meses 25/05/2023 a 25/03/2025 a crescido de honorários advocatícios de R\$ 3.156,35 (três mil cento e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos). C alor total será sujeito à atualização monetária, juros convencionais, penalidades e demais encargo/ valor total será sujeito a atualização monetaria, juros convencionais, penalidades e demais encargo somando-se também os débitos que se vencerem até a data do pagamento, os encargos contratua e legais, inclusive tributos e contribuições associativas eventualmente imputáveis ao imóvel, além da elegais, inclusive tributos e contribuições associativas eventualmente imputáveis ao imóvel, além da pagamento da dívida atualizada no prazo de 48h (quarenta e oito horas úteis) contados da intimaçã importará na constituição da mora e a consequente RESCISÃO UNILATERAL do contrato. Assimdiante do exposto, aguarda-se o pagamento das parcelas vencidas, caso contrário, o contrato firmado entre NOTIFICANTE e NOTIFICADO estará rescindido. Quanto aos valores já pagos, a depende do tipo contratual pactuado e cláusulas contratuais relacionadas à rescisão antecipada do contrato, estarão disponíveis junto ao escritório de advocacia responsável que esta subscreve. Para eventuais esclarecimentos, solicitamos que os interessados entrem em contato através do telefone/WhatsA-pp: (19) 98206-0989 ou endereço eletrônico: contato@durazzomedeiros.adv.br. ISTO POSTO, rescindido o contrato a NOTIFICANTE, independentemente de qualquer outra formalização, estará autorizada a proceder a alienação da unidade autônoma/lote a terceiros sem qualquer a anuência de VS-a por fim figure VS aciente da comprehendo a refinida contrato. Case heira idio faito a devida de V.Sa. Por fim, figue V. Sa ciente do rompimento do referido contrato. Caso haja sido feito o devid pagamento, pedimos para desconsiderar a presente. São Paulo, 23 de abril de 2025. SALVADOR FILARDI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA p.p. Marcela Roque Rizzo

NOTIFICAÇÃO DE MORA E/OU RESCISÃO CONTRATUAL - NOTIFICADOS: Sra. LIDENALVA BA-TISTA POLICANTE CPF: 326, 249, 608-13 ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO: RUA RAMIZ TAYAR 05 – NUCLEO HB. E. F. SILVA – BAURU/SP – CEP: 17, 065-440 DADOS DO CONTRATO: Quadra D - Lote 02 – LOTEAMENTO DENOMINADO COMVIVA BAURU Nos termos do §1º do Art. 26 da D - LOIE 02 - LO TEAMENTO DENOMINADO COMPINA BAORO NOS termos do §1 do A1. 25 de Lei 9.514/97 e advento da Lei 14.711/2023, em face da mora do devedor(es) abaixo identificado(s), a credora a seguir descrita NOTIFICA o(s) devedor(es) para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas úteis), satisfaça(m) as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do efetivo pagamento nos termos das condições indicadas abaixo, dando ciência ao(s) devedor(es) que o não cumprimen-to da referida obrigação garante a rescisão/cancelamento do contrato. NOTIFICANTE/CREDORA: SALVADOR FILARDI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empreséria limitada, com sede ao cidade de Sayur SP, pas Pa Participa de Capitalo, pr.º 4, 33, 10º an Parti empresária limitada, com sede na cidade de Bauru, SP, na Rua Batista de Carvalho, nº 4-33, 10º an dar, Salas 1006 a 1008, Centro, CEP 17010-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.011.236/0001-61 dar, Salas 1009 a 1009, Centro, CEP 17010-901, inscrita no CNP/IMP sob o n° 45.011.250/0001-61 com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o n NIRE 35206638972, neste ato representado por sua bastante procuradora Dra. Marcela Roque Rizzo de Camargo, inscrita na OAB/SP 253.360, endereço e telefone no rodapé. VALOR DA DÍVIDA: valo principal de R\$ 7.639,63 (sete mil seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos) refe rente as parcelas vencidas de 30/09/2024 até 26/03/2025 acrescido de honorários advocatícios de 105 EF7.00 (seiscente de la contrata de servicio de la contrata de la c R\$ 657,89 (seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos). O valor total será sujeito à atualização monetária, juros convencionais, penalidades e demais encargos, somando-se também so débitos que se vencerem até a data do pagamento, os encargos contratuais e legais, inclusive tributos e contribuições associativas eventualmente imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança em decorrência do presente requerimento e honorários advocatícios. O não pagamento da dívida atualizada no prazo de 48h (quarenta e oito horas úteis) contados da intimação importará na constituição da mora e a consequente RESCISÃO UNILATERAL do contrato. Assim, diante do exposto, aguarda-se o pagamento das parcelas vencidas, caso contrário, o contrato firmado entre NOTIFICANTE e NOTIFICADO estará rescindido. Quanto aos valores já pagos, a depender do tipo contratual pactuado e cláusulas contratuais relacionadas à rescisão antecipada do contrato, estarão disponíveis junto ao escritório de advocacia responsável que esta subscreve. Para eventuais esclarecimentos, solicitamos que os interessados entrem em contato através do telefone/WhatsApp: (19) 8206-0989 ou endereço eletrônico: contato@durazzomedeiros.adv.br. ISTO POSTO, rescindido contrato a NOTIFICANTE, independentemente de qualquer outra formalização, estará autorizada a proceder a alienação da unidade autônoma/lote a terceiros sem qualquer a anuência de V.Sa. Por fim, fique V. Sa ciente do rompimento do referido contrato. Caso haja sido feito o devido pagamento, R\$ 657,89 (seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos). O valor total será sujeit m, fique V. Sa ciente do rompimento do referido contrato. Caso haja sido feito o devido pagamento edimos para desconsiderar a presente. São Paulo. 16 de abril de 2025. SALVADOR FILARDI EM PREENDIMENTOS COMERCIÁIS E PARTICIPAÇÕES LTDA p.p. Marcela Roque Rizzo de Camarg

NOTIFICAÇÃO DE MORA E/OU RESCISÃO CONTRATUAL - NOTIFICADOS: Sra. LIDENALVA BA. TISTA POLICANTE CPF: 326.249.608-13 ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO: RUA RAMIZ TAYAR 05 - NUCLEO HB. E. F SILVA - BAURU/SP - CEP: 17.065-440 DADOS DO CONTRATO: Quadra D - Lote 01 – LOTEAMENTO DENOMINADO COMVIVA BAURU Nos termos do \$1° do Art. 26 da Lei 9.514/97 e advento da Lei 14.711/2023, em face da mora do devedor(es) abaixo identificado(s), a credora a seguir descrita NOTIFICA o(s) devedor(es) para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas de la companya de 14 de 14 de 15 de iteis), satisfaça(m) as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do efetivo pagament nos termos das condições indicadas abaixo, dando ciência ao(s) devedor(es) que o não c to da referida obrigação garante a rescisão/cancelamento do contrato. NOTIFICANTE/CREDORA: SALVADOR FILARDI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Bauru, SP, a Rua Batista de Carvalho, nº 4-33, 10º andar, Salas 1006 a 1008, Centro, CEP 17010-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.011,236/0001-61, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o n NIRE 35206638972, neste ato representado por sua bastante procuradora Dra. Marcela Roque Rizzo de Camargo, inscrita na OAB/SP 253.360, endereço e telefone no rodapé. VALOR DA DIVIDA: valor principal de R\$ 9.512.96 (nove mil quinhentos e doze reais e noventa e seis centavos) referente as parcelas vencidas de 30/09/2024 até 26/03/2025 acrescido de honorários advocatícios de R\$ 819,22 oitocentos e dezenove reais e vinte e dois centavos). O valor total será sujeito à atualização mone-ária, juros convencionais, penalidades e demais encargos, somando-se também os débitos que se rencerem até a data do pagamento, os encargos contratuais e legais, inclusive tributos e contribui-ções associativas eventualmente imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança em decorência do presente requerimento e honorários advocatícios. O não pagamento da dívida atualizada no razo de 48h (quarenta e oito horas úteis) contados da intimação importará na constituição da mora e consequente RESCISÃO UNILATERAL do contrato. Assim, diante do exposto, aquarda-se o p nento das parcelas vencidas, caso contrário, o contrato firmado entre NOTIFICADO stará rescindido. Quanto aos valores já pagos, a depender do tipo contratual pactuado e cláusulas ontratuais relacionadas à rescisão antecipada do contrato, estarão disponíveis junto ao escritório le advocacia responsável que esta subscreve. Para eventuais esclarecimentos, solicitamos que o interessados entrem em contato através do telefone/WhatsApp: (19) 98206-0989 ou endereço ele-trônico: <u>contato@durazzomedeiros.adv.br</u>. ISTO POSTO, rescindido o contrato a NOTIFICANTE, independentemente de qualquer outra formalização, estará autorizada a proceder a alienação da unidade autônoma/lote a terceiros sem qualquer a anuência de V.Sa. Por fim, fique V. Sa ciente do ompimento do referido contrato. Caso haja sido feito o devido pagamento, pedimos para descon iderar a presente. São Paulo, 16 de abril de 2025. SALVADOR FILARDI EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA p.p. Marcela Roque Rizzo de Camargo – OAB/SP 253.360

